



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

Exmo. Senhor Secretário Regional da Saúde e Desporto, em representação
do Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. Clélio Meneses;

Exmo. Senhor Adjunto Dr. Emanuel Sousa, em representação do Sr.

Vice-Presidente do Governo;

Exmo. Senhor Pró-Reitor para o campus Universitário de Angra do Heroísmo,
em representação do Magnífico reitor da Universidade dos Açores, Professor
Doutor Paulo João Lemos Cabral Sousa Fialho;

Exmo. Senhor Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Dr. José Olívio
Mendes Rocha;

Exmas. entidades militares, civis e religiosas,

Digníssima e digníssimos oradores convidados,

Exmo. Senhor moderador dos trabalhos,

Um cumprimento especial à direção do Instituto Açoriano da Cultura na pessoa
do seu presidente o Dr. Carlos Bessa

Minhas senhoras e Meus senhores,

Em nome de sua excelência o Senhor Presidente da ALRAA que por motivos
inadiáveis de agenda aqui não pôde estar, e em meu nome pessoal, queria
primeiro que tudo agradecer o amável convite que muito nos honra e gostava



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

de começar por elogiar o Instituto Açoriano de Cultura que, em boa hora, decidiu retomar a realização das Semanas de Estudo.

É, de facto, importante, celebrar esta iniciativa e, mais importante, parece-me, analisar e refletir sobre a Autonomia Regional e sobre o desenvolvimento dos Açores. Faço votos de que os debates que se vão realizar nos próximos dias, e nos próximos cinco anos, tragam frutos para a nossa Região.

Desde que foram realizadas as primeiras, há sessenta anos, a nossa realidade mudou muito. Nem todos os sonhos e aspirações foram conquistados, mas temos que reconhecer a evolução, sem que isso nos deixe de mobilizar para o que ainda falta fazer.

O Instituto Açoriano da Cultura e a sua direção, desta forma materializam, o seu modus operandi, que, ao longo da sua história tem procurado reunir os mais diversos agentes culturais dos Açores, e contribuído para que o pensamento na nossa região e os problemas com que a mesma se tem vindo a deparar possam ser alvo de análise e reflexão aos mais variados níveis: científico, político, cultural e jurídico institucional, na busca incessante de uns Açores melhores, respeitando a sua diversidade e contribuindo, assim, para uma consciência coletiva mais adulta e efetiva.

Na reflexão que hoje aqui vai ser feita – Sobre que Autonomia quisemos ter – é, a meu ver, preciso deixar uma palavra a todos, e todos representam uma pluralidade de sensibilidades, correntes e pensamentos, que nos antecederam nos últimos anos, os que em diversos setores se empenharam pela defesa da nossa autonomia e da nossa região, mesmo quando não foram bem-sucedidos.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

Analisar o passado, - a “memória” como aqui é proposto, não pode, não deve, em meu entender, cair na crítica fácil às gerações que nos antecederam e tiveram responsabilidades neste domínio.

A autonomia dos Açores tem sido ao longo da nossa secular história, amplamente discutida, desejada, procurada e nem sempre conseguida. Eis-nos aqui chegados à pertinente questão que o Instituto Açoriano da Cultura nos coloca: que autonomia quisemos ter? Seguramente que aquilo que quisemos está longe de ser o que temos, umas vezes por inabilidade nossa, outras tantas por bolorentos preconceitos centralistas que infelizmente perduram, como ainda há pouco tempo assistimos a propósito da gestão partilhada do mar.

É, por isso, necessário, reconhecer que a “autonomia que quisemos”, pode não corresponder à “autonomia que podemos ter”.

O desafio de repensar a autonomia, convoca-nos para uma postura de abertura de pensamento e aturado exercício de consensualização de posições, já que é a própria Autonomia que, na sua dinâmica e interação com as novas realidades, impõe novas ambições e reclama redefinição de competências. Ao nível político, muito se fez, ou melhor, fez-se o que em cada momento da nossa democracia foi possível fazer, sendo certo que estamos ainda longe da autonomia desejável, até porque muito do que se possa ambicionar e propor, não depende exclusivamente dos órgãos de poder próprio da região, pelo que, envolve um árduo exercício de sensibilização ao nível da República, para que ao anacrónico centralismo se substitua uma visão madura e de futuro que veja um país tanto mais forte e coeso quanto mais fortes e coesas forem as suas autonomias.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

Houve passos importantes que foram dados... como por exemplo, a **Lei das Finanças das Regiões Autónomas** que, desde 1998, nos permitiu mudar em parte o relacionamento financeiro com a República.

Essa lei, que hoje damos por adquirida, representou outra estabilidade e autonomia na forma como exercemos os nossos poderes e competências. A nossa capacidade gerir, bem, as nossas finanças públicas, permite-nos ter o poder de decidir que rumo dar ao desenvolvimento dos Açores.

No entanto, esta questão da autonomia financeira não está, por si só, garantida e, principalmente nos setores que estão regionalizados, é preciso que a Região assuma os custos das suas opções, ao invés de tentar responsabilizar outros. Se abdicarmos do nosso poder de decisão, que obviamente acarreta custos, estaremos a abdicar da nossa autonomia e isso é um passo que tem de ser travado a todo o custo, para não implicar retrocessos no percurso que fizemos.

A autonomia que quisemos, não se limita à componente administrativa. A autonomia que quis quem nos antecedeu, e que queremos hoje em dia, é mais plena, tem mesmo que ser mais plena. Tem que ser administrativa, financeira, social, política e, porque não, constitucional.

Para tanto, e ao longo da nossa democracia, muito se fez e muito se conseguiu.

Mais recentemente, durante a última legislatura com a criação da comissão eventual para a reforma da autonomia e agora também com a comissão eventual para o aprofundamento da autonomia todas as forças políticas, **sem exceção**, se propuseram elaborar cartas de princípios numa postura de máximo sentido institucional, visão de regime e priorização autonómica, de forma a que a



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

materialização dos objetivos a alcançar só poderia, como só pode passar, por um complexo e elevado trabalho de consensualização técnica e política, em que o consenso porventura alcançado será o melhor argumento e, mais uma vez, prova da nossa maturidade democrática e autonómica.

Decidimos, então, que não existiriam tabus na apreciação das temáticas como criação de partidos regionais, listas de independentes, estados federais, representante da república, tribunal da relação dos Açores, indicação de um juiz para o tribunal constitucional, círculo dos Açores ao parlamento europeu, etc. etc.

Não interessando o quê, a abertura seria e estou convicto que será total, não sendo aquela, como esta comissão, um concurso de ideias nem uma corrida pela paternidade de qualquer sugestão, o importante seria, e será, conseguir a maior consensualização possível num conjunto vasto de assuntos.

Esta magna tarefa deve ter como preocupação impostergável, ao nível procedimental, a facilitação e promoção da participação da sociedade civil ao nível das soluções a consensualizar nesta reforma autonómica, daí que no âmbito da Cevera se tenha procedido à auscultação das entidades públicas e privadas, pedido contributos técnicos a entidades públicas ou privadas de reconhecida idoneidade.

Antes, como agora, procuramos que se pudesse e se possa efetuar o levantamento, diagnóstico, sistematização e consensualização, dum conjunto de medidas jurídico-normativas e político-institucionais, designadamente nos âmbitos da organização política e sistema de governo; do sistema eleitoral e da



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

participação cívica e política; das competências das autoridades de saúde regionais na prevenção e resposta a conjunturas de crise sanitária; da organização territorial e das relações inter e intra poderes e na consolidação e reforço do adquirido autonómico;

Também, por aqui se percebe a utilidade e pertinência desta iniciativa do Instituto Açoriano da Cultura, a quem mais uma vez o povo açoriano agradece. Mais do que sugerir temas para reflexão resta-nos esperar que desta iniciativa se faça mais um pouco de luz neste nosso desafio inacabado de melhorar a nossa autonomia.

Votos de um ótimo trabalho a todos. Muito Obrigado.